



124

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE - CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

**HABEAS CORPUS Nº 0009732-69.2014.8.17.0000 (0350168-8)**

Impetrantes: Béis. Jomar Kleber Gomes de Oliveira e outro

Paciente: MARCOS ALVES DA SILVA

Origem: Vara Criminal da Comarca de Serra Talhada

Relator: Des. Antônio Carlos Alves da Silva

Procurador de Justiça: Dr. Euclydes Ribeiro de Moura Filho

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

EMENTA: DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. PRISÃO PREVENTIVA. ALEGAÇÕES DE AUSÊNCIA DOS REQUISITOS LEGAIS PARA A DECRETAÇÃO DA PRISÃO E CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS AO ACUSADO. DECRETO FUNDAMENTADO NA IMPRESCINDIBILIDADE DA CUSTÓDIA. DECISÃO MANTIDA.

1 - Preenchidos os requisitos dos arts. 311 e 312 do CPP, inexistente a apontada ilegalidade na decisão que decretou a prisão preventiva do paciente para fins de garantia da ordem pública.

2 - "*As condições pessoais favoráveis ao acusado, por si só, não asseguram o direito à liberdade provisória, se presentes os motivos para a prisão preventiva.*" (Súmula nº 86 do TJPE)

3 - Constrangimento ilegal não configurado. Ordem denegada. Decisão unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de *HABEAS CORPUS* nº 0350168-8, em que figuram como partes as acima qualificadas, **acordam** os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco na sessão de 24/09/2014, à **unanimidade de votos**, em **denegar a ordem**, tudo consoante relatório e voto digitados anexos, que fazem parte deste julgado.

Recife, 24 de 09 de 2014.

Des. Antônio Carlos Alves da Silva  
Relator



65

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

**HABEAS CORPUS Nº 0009732-69.2014.8.17.0000 (0350168-8)**

Impetrantes: Béis. Jomar Kleber Gomes de Oliveira e outro

Paciente: MARCOS ALVES DA SILVA

Origem: Vara Criminal da Comarca de Serra Talhada

Relator: Des. Antônio Carlos Alves da Silva

Procurador de Justiça: Dr. Euclydes Ribeiro de Moura Filho

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

**RELATÓRIO**

Trata-se de ordem de *habeas corpus* liberatório, com pedido de concessão de liminar, em favor de MARCOS ALVES DA SILVA, qualificado às fls. 02 dos autos, indicando o Juízo de Direito da Vara Criminal da Comarca de Serra Talhada, neste Estado, como autoridade coatora.

Fundamentando o seu pedido no artigo 5º, LXVIII, da Constituição Federal e nos artigos 647 e seguintes, do Código de Processo Penal, os impetrantes sustentam que inexistem motivos ensejadores para a manutenção da segregação do paciente. Alegam, para tanto, que os argumentos do Juízo processante padecem de embasamento legal para a manutenção da prisão preventiva do paciente, caracterizando o constrangimento ilegal.

Os impetrantes postulam, então, o deferimento da liminar e ao final a concessão da ordem em definitivo, com a consequente expedição de alvará de soltura em favor do paciente.

A inicial veio instruída com os documentos de fls. 19 a 35.

Na decisão de fls. 42/43 foi negada a liminar.

Foram prestadas as informações (fls. 51), acompanhadas dos documentos de fls. 52 a 55.

Nesta instância, a douta Procuradoria de Justiça opinou pela denegação da ordem (fls. 58/60).

É o relatório. Não se tratando de feito que dependa de inclusão em pauta, trago-o desde já a julgamento.

Recife, 24 de 09 de 2014.

Des. Antônio Carlos Alves da Silva  
Relator



66

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – GEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

**HABEAS CORPUS Nº 0009732-69.2014.8.17.0000 (0350168-8)**

Impetrantes: Béis. Jomar Kleber Gomes de Oliveira e outro

Paciente: MARCOS ALVES DA SILVA

Origem: Vara Criminal da Comarca de Serra Talhada

Relator: Des. Antônio Carlos Alves da Silva

Procurador de Justiça: Dr. Euclydes Ribeiro de Moura Filho

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

**VOTO**

Senhor Presidente, Senhor Desembargador, Senhor(a) Procurador(a) de Justiça

O fundamento do presente *mandamus* é o de constrangimento ilegal sofrido pelo paciente nos autos da ação penal em que figura como um dos quatro acusados, ante a ausência de elementos subsistentes a ensejar o decreto e a manutenção da sua prisão preventiva.

Para tanto, os impetrantes destacam que a apontada periculosidade dos acusados cai por terra quando verificadas as condições pessoais e favoráveis ao paciente. Por outro lado, que, no caso, a gravidade abstrata do delito e, da mesma forma, a simples menção a requisitos autorizadores da prisão, sem que sejam apontadas circunstâncias do caso concreto, não se prestam a embasar a segregação cautelar do paciente.

Entendo que, com as informações da autoridade apontada como coatora e o parecer, não sobrevieram razões ou fatos que ensejem a concessão da medida, pelo que não vejo como prosperar o presente remédio heróico.

Extraí-se da documentação acostada que o paciente MARCOS ALVES DA SILVA, juntamente com Marcos César da Silva, Lucas Alves da Silva e Celso Geraldo Barbosa foram denunciados como incurso nas penas do art. 33, § 1º, inciso II e art. 35, *caput*, da Lei nº 11.343/06.

Consta na denúncia que no dia 24 de julho deste ano, policiais militares e civis receberam informações do serviço reservado do CIOSAC de que na propriedade de MARCOS ALVES DA SILVA, ora paciente, haveria uma plantação de "maconha". Apurou-se ainda que, com a chegada do policiamento ao local, LUCAS ALVES, filho do denunciado MARCOS ALVES, juntamente com Celso Barbosa estavam aguardando a referida plantação e que, ao perceberem os policiais, fugiram. Na propriedade indicada, os policiais constataram a veracidade dos informes. Interrogado na Delegacia, o indiciado Marcos César disse que cederia o seu poço para aguar a plantação de maconha. Por seu turno, MARCOS ALVES confirmou que naquele dia o seu filho LUCAS e CELSO foram de moto até a roça de maconha para aguar a plantação.



67

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE - CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

Do depoimento do condutor do flagrante, Erinaldo Clelio Dias, consta que MARCOS ALVES foi detido por uma das equipes e com ele também foi apreendida uma sacola contendo cerca de 1,65kg de semente. O depoente esclareceu que foram contabilizadas na roça de maconha 591 covas, cada cova com aproximadamente cinco pés, totalizando aproximadamente 3.045 pés de maconha, na sua maioria já prontos para consumo.

O acusado MARCOS ALVES, ora paciente, admitiu ter plantado em suas terras uma plantação de maconha, iniciada há cerca de três meses, detalhando que o seu filho Lucas Alves, juntamente com Celso Barbosa aguavam a plantação, com a água do poço localizado na propriedade de Marcos César.

É o que se comprova na leitura da cópia da denúncia (fls. 53/55) trazida com as informações do Juízo processante e da documentação que instrui a inicial, notadamente o auto de prisão em flagrante delito (fls. 23/30).

Pois bem.

Com relação a alegada ausência dos requisitos legais para a decretação da custódia do paciente, é válido dizer que a prisão cautelar não se vincula à inocência ou provável culpa do agente. Ao revés, ela tem pertinência com o *periculum libertatis*, ou seja, com a periculosidade do agente, conforme interpretação do art. 312 do CPP. Tal periculosidade será aferida na medida em que a liberdade do acusado comprometa ou não a garantia da ordem pública ou econômica, bem como a conveniência do processo ou a garantia da aplicação da pena (no caso de sentença condenatória).

No caso, ao ler detidamente o conteúdo da decisão referida, pude constatar que as razões para a custódia cautelar estão ali evidenciadas. A decisão tida como ilegal traz o seguinte, na parte que interessa: (fls. 32)

"[...] Trata-se de pedido de revogação da prisão preventiva apresentado por Defensor constituído em favor dos acusados acima nominados. [...] Como se sabê, perdurando os requisitos ensejadores da prisão preventiva, esta deverá ser mantida até que haja modificação na situação jurídica da pessoa que se encontra recolhida. No caso vertente, não se constata essa alteração. De acordo com a decisão que decretou a constrição da liberdade, os acusados se encontram recolhidos principalmente para a garantia da ordem pública. É por demais sabido que a prisão preventiva não é incompatível com o princípio constitucional da presunção de inocência, mormente quando a aplicação da medida está embasada em elementos concretos, isso porque, a princípio, os investigados eram proprietários de uma plantação de maconha, tendo o primeiro confirmado a existência da plantação e levado os policiais ao local e, com o segundo, foi apreendida, por outra equipe de policiais, uma sacola contendo cerca de 1,65 kg de sementes. Veja-se que foram aproximadamente 3.045 pés do vegetal, afora a quantidade de sementes apreendidas. É de salutar necessidade processual dizer que a alegação de inocência demanda a dilação probatória, não se podendo

  
3



68

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

fazer prognósticos neste momento tão incipiente, sem que se tenha sequer chegado a este juízo os autos do inquérito policial. Faço constar, ainda, que o crime praticado pelos autuados é de extrema gravidade, sendo certo que a ordem pública estará ameaçada se forem postos em liberdade, pois não se encontra afastada a possibilidade de disseminação de drogas com prejuízo à saúde da coletividade. É patente a periculosidade dos acusados e com mais acerto a possibilidade de nova prática do delito. Condições pessoais favoráveis dos investigados não são suficientes para garantir a liberdade provisória, quando os requisitos da preventiva se encontram presentes e reclamam a prisão processual. Dessa forma, tem-se que a presença dos fundamentos para a prisão preventiva, insculpidos no artigo 312 do Código de Processo Penal, já foi verificada em decisão anterior, sem que tenha ocorrido modificação fática, tampouco jurídica. Diante disso, indefiro o pedido de revogação e mantenho a prisão preventiva." (grifei)

Note-se que, na decisão, ante a presença fática dos dois pressupostos legais autorizativos, a saber, prova da materialidade e indícios de autoria, a prisão preventiva foi decretada para a garantia da ordem pública, não sendo recomendada a aplicação ao caso de qualquer outra medida cautelar.

Da análise desse excerto, conclui-se que, mesmo sucintamente, a Magistrada de primeiro grau expôs, de maneira concreta, a necessidade da prisão cautelar do Paciente e dos demais acusados.

Em fatos graves, como é o dos autos, aplicar uma medida alternativa à prisão é, em certa medida, fragilizar a ordem pública, considerando o crime imputado ao paciente e os demais fatos reconhecidos pela Magistrada na sua fundamentação.

Destarte, considerando que a decisão está singularmente fundamentada e que o fato é grave, aliada aos indícios de autoria e materialidade, justificável a manutenção da prisão preventiva.

Em reforço, destaco do parecer: (fls. 58)

"[...] quanto à prova da materialidade e a existência de indícios suficientes de autoria, vê-se, através, principalmente das cópias colacionadas ao presente writ, principalmente através da confissão do próprio paciente, que restaram plenamente demonstradas, satisfazendo os pressupostos para a custódia cautelar, exigido no art. 312 do CPP. [...] O decreto construtivo, ora impugnado, seguindo o douto Magistrado, através da decisão que decretou a preventiva (fl. 52) e das decisões de manutenção da mesma (fl. 32), entendimento com o qual concordamos, teve por arrimo a garantia da ordem pública, tendo em vista a gravidade do delito, devendo ser ao máximo afastada a possibilidade de disseminação de drogas com prejuízo à saúde da coletividade. [...] Assim, verifica-se – ao contrário do que tentou demonstrar o Impetrante – que os fundamentos para a decretação e manutenção da preventiva restaram claros e fundamentos, não havendo, assim, qualquer hipótese de incidência do writ requerido, porquanto não restou configurado constrangimento ilegal aos pacientes...."

7



69

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

Deste modo, preenchidos os requisitos contidos nos artigos 311 e 312 do Código de Processo Penal, inexistente a apontada ilegalidade na decisão que decretou a prisão preventiva do paciente para fins de garantia da ordem pública.

Por fim, quanto à alegação de que MARCOS ALVES DA SILVA possui condições pessoais favoráveis, o Colendo STJ tem o entendimento de que, presentes os requisitos autorizadores da prisão preventiva, tais condições não se prestam para embasar o pedido de concessão de liberdade provisória. De fato, havendo elementos suficientes a demonstrar a necessidade da custódia antecipada, como ocorre no caso destes autos, as apontadas condições pessoais favoráveis do paciente não detêm, em princípio, o condão de garantir a revogação da prisão.

Esse é o entendimento dos tribunais superiores e, em especial, da Súmula nº 86 do TJPE: ***“As condições pessoais favoráveis ao acusado, por si sós, não asseguram o direito à liberdade provisória, se presentes os motivos para a prisão preventiva”***.

Em que pese o que foi sustentado pelos impetrantes, não verifico constrangimento ilegal a ser sanado.

Feitas tais considerações, anuindo com o parecer da douta Procuradoria de Justiça nesta instância, **voto pela denegação da ordem.**

Recife, 24 de 09 de 2014.

Des. Antônio Carlos Alves da Silva  
Relator